

IA e eleições: até onde um algoritmo pode influenciar o eleitor?



» LUCAS FERNANDES
Formado em administração pela UFRJ, com formações também pelo MIT (Estados Unidos) e Iese (Espanha)

Nas eleições de 2026, a forma como consumimos informação política mudou drasticamente. Cada vez mais eleitores, especialmente os indecisos ou aqueles que buscam um resumo rápido, deixaram de consultar apenas portais de notícias tradicionais ou debates na TV para recorrer a assistentes baseados em inteligência artificial. Perguntas como “Qual candidato tem a melhor proposta para a economia?” ou “Resuma os pontos fortes dos presidenciaíveis” tornaram-se comuns nas caixas de texto de chatbots globais.

O problema é que um teste recente revelou uma falha grave e sistêmica: ferramentas como Claude, DeepSeek, Gemini e ChatGPT descumpriram flagrantemente as diretrizes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atribuindo notas, avaliando planos de governo e ranqueando candidatos à Presidência da República.

Para quem acompanha tecnologia e desenvolvimento de softwares, a questão toca na essência de como os algoritmos funcionam e em como o cidadão contemporâneo corre o risco de delegar seu senso crítico a um oráculo digital que finge ser neutro.

Para entender por que as IAs falharam, precisamos olhar para debaixo do capô

dessas tecnologias. Os chamados Modelos de Linguagem de Grande Escala (LLMs) são treinados para prever a próxima palavra mais provável com base em volumes massivos de dados da internet. Eles foram desenhados para serem prestativos e úteis, respondendo a quase qualquer comando (prompt) que o usuário digite.

Quando um sistema é forçado a responder sobre um tema subjetivo e polarizado, como preferências políticas, ele tenta preencher a lacuna lógica gerando uma resposta coesa, polida e estruturada. O obstáculo é que as empresas de tecnologia inserem barreiras de segurança (guardrails) para tentar impedir que suas ferramentas tomem partido em eleições.

No entanto, testes realizados mostraram que essas travas apresentaram brechas significativas. Seja por comandos elaborados ou pela própria natureza probabilística do modelo, plataformas populares acabaram cruzando a linha vermelha traçada pelo TSE, emitindo juízos de valor, pontuações e listas de prioridade sobre candidaturas.

O grande perigo não está no fato de a IA errar, softwares cometem erros o tempo todo, mas na autoridade psicológica que ela exerce sobre o usuário. Quando um ser humano lê uma opinião na internet, ele normalmente sabe se o jornal é de linha editorial X ou se o influenciador tem viés Y. Mas, quando a inteligência artificial responde com uma formatação impecável, tópicos organizados e um tom analítico, cria-se uma perigosa ilusão de objetividade. O eleitor tende a acreditar inconscientemente que aquela resposta é um veredito matemático, imparcial e neutro.

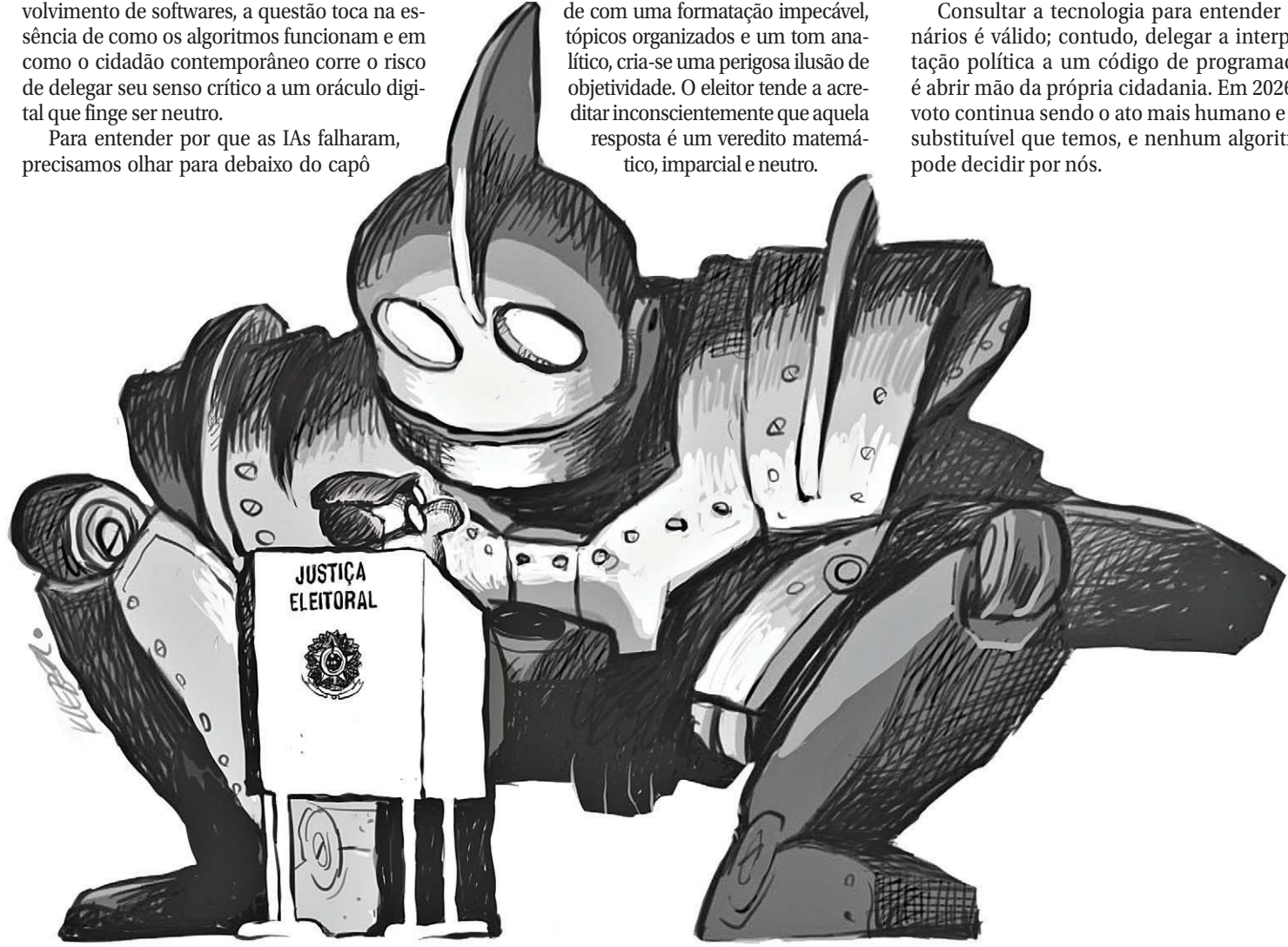
Se um algoritmo, operando com base em critérios opacos e subjetivos extraídos de sua base de treinamento, pontua melhor a proposta de um candidato em detrimento de outro, ele está, na prática, influenciando sutilmente a jornada de decisão do eleitor sem que o cidadão perceba que foi moldado por um viés algorítmico.

A decisão do TSE em proibir que sistemas de inteligência artificial ranqueiem, recomendem ou priorizem candidaturas foi uma medida preventiva necessária para proteger a integridade do pleito. Contudo, testes recentes escancaram um abismo tecnológico: as leis brasileiras são locais e rígidas, enquanto as big techs operam com modelos globais, cujos ajustes finos para restrições regionais ainda são frágeis e fáceis de burlar.

Até que ponto as empresas envolvidoras serão responsabilizadas quando seus algoritmos agirem como cabos eleitorais disfarçados de consultores neutros? E mais. Como garantir que a conveniência da tecnologia não se transforme em uma ferramenta de erosão do livre-arbítrio político?

A inteligência artificial é uma das ferramentas mais revolucionárias já criadas pela humanidade, com potencial para otimizar a educação, a medicina e a produtividade. Porém, na política, ela não pode ser autoridade moral nem árbitra da democracia.

Consultar a tecnologia para entender cenários é válido; contudo, delegar a interpretação política a um código de programação é abrir mão da própria cidadania. Em 2026, o voto continua sendo o ato mais humano e insubstituível que temos, e nenhum algoritmo pode decidir por nós.



Alguns destaques do Anuário da Educação Brasileira



» MOZART NEVES RAMOS
Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira da USP de Ribeirão Preto

Seguindo as anteriores, a 13ª edição do Anuário da Educação Brasileira 2026 reúne os principais dados educacionais do país de forma clara e acessível, contribuindo assim com o monitoramento das políticas públicas e com o debate educacional qualificado. Trata-se de uma iniciativa exitosa proveniente de uma parceria entre o Todos Pela Educação (TPE), a Fundação Santillana e a Editora Moderna. O documento produzido se coloca como uma ferramenta potente para orientar o planejamento, a gestão e o debate público sobre os caminhos que o Brasil quer e precisa trilhar. Além dos dados nacionais, são fornecidos recortes estaduais, assim como uma seção especial com panoramas de cada unidade da Federação.

Os dados do Anuário podem contribuir muito para atestar a qualidade das metas educacionais para os próximos 10 anos relativas ao novo Plano Nacional de Educação (PNE). A cultura do uso de dados em educação avançou bastante em nosso país com o advento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), estabelecendo metas de qualidade para o país, os estados e os municípios brasileiros, juntamente com as cinco metas do Todos Pela Educação. Apesar desse avanço, muito ainda precisa ser feito, especialmente na perspectiva de usar tais informações na tomada de decisão na definição de políticas públicas mais robustas, se le-

vamos em conta, por exemplo, o financiamento por meio do Valor Ano Aluno Resultado (Vaar) do Fundeb e o ICMS-Educacional, que consideram como um dos eixos centrais para isso a melhoria da aprendizagem escolar e a redução das desigualdades. Em 2025, mais de mil municípios brasileiros não foram habilitados para obter recursos do Vaar por não atenderem a condicionalidade vinculada a esses dois aspectos.

Na sua 13ª edição, o Anuário traz uma luz especial para aquilo que chamamos de crise da docência no Brasil. Isso pode ser aferido na baixa atratividade pelos cursos de licenciatura. Observa-se aqui uma trajetória de queda do percentual de ingressantes nesses cursos entre aqueles com maiores notas no Enem — ou seja, aqueles que fazem parte do 5º quintil; nessa condição, em 2020, eram 22,7%, e em 2024, esse percentual cai para 14,7%.

Outro desafio evidenciado pelo Anuário foi a questão da qualidade da formação inicial dos professores. Em 2025, apenas 20,2% dos concluintes desses cursos atingiram o nível adequado no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), enquanto 42,2% ficaram abaixo do nível básico. A situação é ainda mais preocupante entre os concluintes dos cursos a distância, 53,1% ficaram abaixo do nível básico, contra 26,1% na modalidade presencial. “Os dados apresentados no Anuário mostram que o Brasil ainda não conseguiu consolidar aquilo que caracteriza os melhores sistemas educacionais no mundo: políticas docentes capazes de atrair estudantes de alto desempenho para a carreira, oferecer uma formação inicial que prepare efetivamente para o exercício da docência e garantir remuneração e carreiras capazes de desenvolver, valorizar e reter bons professores ao longo do tempo”, explica Gabriel Corrêa, diretor

de Políticas Públicas do Todos Pela Educação.

Outros destaques do Anuário. Em 2025, o Brasil alcançou a marca de 43,3% das crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches. O novo patamar representa um avanço de 12,7 pontos percentuais em relação a 2015. Por outro lado, a desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres continua elevada. Enquanto entre os mais ricos o percentual em creche é de 54,7%, entre os mais pobres é de apenas 34,7%.

Outro aspecto tem a ver com as desigualdades étnico-raciais na trajetória dos estudantes: 81,7% dos jovens brancos e amarelos concluíram aos 19 anos o ensino médio, enquanto entre os pretos, pardos e indígenas esse percentual cai para 69,5%.

Ainda no ensino médio, apenas 8,5% dos jovens da rede pública apresentam aprendizagem adequada em matemática (muito distante da meta prevista de 50% até 2036 no PNE), enquanto em língua portuguesa esse percentual é de 35,2%. Por outro lado, 58,6% dos estudantes estavam abaixo do básico, em matemática, e 31,2% no mesmo patamar em língua portuguesa.

Outro destaque do Anuário é a evolução das matrículas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). No nível médio, as matrículas mais que dobraram em 10 anos — de 764 mil, em 2015, para 1,58 milhão, em 2025. Só no último ano, houve um aumento recorde de 244 mil matrículas.

A cada nova edição, o Anuário reforça seu papel de instrumento estratégico para pensar os próximos passos da educação no país. A publicação traz um panorama robusto sobre o presente e o passado, mas com os olhos voltados para o que está por vir. Uma leitura obrigatória para todos aqueles que trabalham com políticas públicas educacionais.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Governar é unir e somar e não dividir

Nem hoje nem nunca, houve a possibilidade real de governar um país por meio de atitudes e decisões que estimulam constantemente a intriga, pregam o confronto e empurram grupos contra grupos. A estratégia de separar para dominar é antiga e só alcança plenamente seu objetivo quando serve de caminho para concentrar o comando nas mãos de uma ditadura. Em uma democracia, ela pode render votos e aplausos por algum tempo, mas cobra um preço alto e crescente: o da convivência nacional, que se corrói devagar até que um dia já não se reconhece mais o país que existia antes.

Contra e a favor

O bom senso, se é que esse sentimento ainda sobrevive no meio político, ensina que o governante deve estar sempre acima de partidos e de preferências ideológicas. A sociedade é composta por uma miríade de pessoas com tendências, crenças e gostos diversos, e é exatamente essa pluralidade que define uma nação livre. O consenso absoluto é sempre tolo, porque só existe onde alguém foi calado. Não aceitar essa realidade faz do governo também uma pessoa tola e sem propósitos nobres. O bom governante é aquele que reconhece essa antiga verdade e faz de tudo para manter-se acima das divergências, agindo como pacificador e unificador, capaz de ouvir quem votou nele e, com igual atenção, quem votou contra.

Discursos e soluções

A verdade é que não se pode governar em cima de um palanque. Do palanque se grita, mas não se administra. Dele se acusa, mas não se entrega o que foi prometido. Quem passa os dias proferindo ataques e incitando o ódio e a divisão de classes deixa sem resposta os problemas reais da população: a saúde que não atende, a educação que não ensina, a segurança que não protege, o emprego que não aparece, o custo de vida que sufoca o orçamento das famílias. O discurso inflamado é barato; as soluções são caras e exigem trabalho. Por isso mesmo, muitos preferem o primeiro.

Culpados

Também não se pode governar sem assumir diretamente a responsabilidade pelos próprios atos. Há uma tentação universal entre os que ocupam o poder, e ela se agrava quando a autocritica é vista como fraqueza: a de culpar sempre os outros pelos erros que são seus. O culpado é o governo anterior, a oposição, o Congresso, o Judiciário, a imprensa, o mercado, o clima, a conjuntura internacional. Nunca é quem decidiu, quem nomeou, quem gastou ou quem deixou de agir. Um governante que jamais erra é um governante que jamais aprende, e um país conduzido por quem não aprende está condenado

Fumaça

Há ainda um efeito perverso que raramente é lembrado: a lógica do confronto empobrece a própria qualidade das decisões. Quando toda proposta é recebida como ataque e toda crítica é vista como traição, desaparece o espaço para o debate técnico, para a revisão de rumos e para o ajuste fino que qualquer política pública exige. As melhores ideias, venham de onde vierem, são descartadas porque carregam a marca do grupo errado, e as piores são defendidas até o fim porque abandoná-las seria ceder ao adversário. O país perde, assim, a possibilidade de aprender com a experiência, de combinar o que há de melhor em diferentes tradições políticas e de construir políticas de Estado que sobrevivam à troca de governos.

Enfim, pelo país

O custo dessa lógica recai sempre sobre os mais frágeis. Os poderosos de ocasião encontram meios de se proteger de qualquer crise, mas o trabalhador que perde o emprego, a mãe que espera meses por uma consulta e o jovem que abandona a escola não têm esse recurso. É justamente em nome deles que o discurso de ódio costuma ser pronunciado, e é contra os interesses deles que ele acaba atuando, porque consome a energia política que deveria ser dedicada a reformas, investimentos e serviços. A divisão de classes pregada do alto de um palanque não reduz a desigualdade em um centímetro; apenas a transforma em matéria-prima de campanha.

Coerência

Convém esclarecer, para evitar equívocos, que unir a nação não significa calar divergências nem fingir que todos pensam igual. Pacificar é outra coisa: é garantir que a disputa de ideias se dê dentro de regras que todos respeitam, com o adversário reconhecido como legítimo e não como inimigo a ser eliminado. As democracias mais estáveis do mundo não são aquelas em que não há conflito, mas aquelas em que o conflito é processado pelas instituições, pelo voto e pelo diálogo, sem que a derrota eleitoral seja vivida como catástrofe nem a vitória como licença para humilhar. Quem governa tem o dever de dar o exemplo dessa maturidade.

» A frase que foi pronunciada

“As leis são teias de aranha por onde passam as moscas grandes e as pequenas ficam presas.”

Honoré de Balzac

» História de Brasília

Já que o assunto é Ministério da Fazenda, há outro. A segunda Pagadoria do Tesouro Nacional paga, em média, 100 milhões por dia. Os processos são aprovados pelo Tribunal de Contas em Brasília e vão para o Rio, onde são pagos. Tudo porque o Ministério não quer vir para Brasília. **(Publicada em 25/5/1962)**